

# EUA entram com metade do empréstimo-ponte ao Brasil

BRASÍLIA — O empréstimo-ponte de US\$ 500 milhões que será concedido ao Governo brasileiro pelo Departamento do Tesouro americano e o Banco de Compensações Internacionais (BIS), oficialmente anunciado ontem em Washington e Brasília, está amarrado aos dois primeiros desembolsos do acordo brasileiro com o FMI. O empréstimo-ponte será desembolsado em duas parcelas iguais, a primeira prevista para este mês e a segunda com um intervalo de menos de trinta dias. E para pagar juros de junho, julho e agosto.

A devolução do empréstimo também será feita em duas parcelas equivalentes, acopladas aos desembolsos do FMI. O primeiro desembolso do Fundo ao País está previsto para o próximo mês de agosto, dependendo da aprovação formal do programa de ajuste brasileiro, prevista para 26 deste mês. A segunda parcela só será desembolsada no início do mês de outubro, depois que forem avaliadas as metas de desempenho fixadas para o trimestre de julho a setembro deste ano.

O Departamento do Tesouro dos EUA e o BIS, com o apoio dos ban-

cos centrais europeus e do Japão, dividiram em partes iguais o empréstimo-ponte de US\$ 500 milhões. O contrato dos US\$ 250 milhões que coube ao Departamento do Tesouro estava concluído e assinado desde sexta-feira passada. Restavam os detalhes finais da negociação com o BIS, que foram superados oficialmente ontem, com o telegrama enviado à instituição pelo Presidente do Banco Central, Elmo Camões, manifestando a concordância brasileira com os termos propostos.

O custo médio do empréstimo de US\$ 500 milhões será inferior à variação da **libor** (taxa do mercado londrino). No caso da parcela de US\$ 250 milhões emprestada pelo BIS, o custo cobrado é equivalente à variação da **libor**, mais 0,5%, enquanto os recursos do Departamento do Tesouro estão baseados na variação das taxas dos títulos americanos para noventa dias. A composição dos custos das duas parcelas é que permite encargos finais abaixo da **libor**. Trata-se, segundo especialistas do Governo, de um custo inferior ao que foi cobrado no empréstimo-ponte fornecido ao Governo brasileiro pelo Governo americano, em 1983.